A photograph of a wind farm with several white wind turbines against a clear blue sky. In the background, there are brown, rocky mountains. The image is partially framed by a dark blue bar at the top and an orange and yellow wavy graphic at the bottom.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em
31 de dezembro de 2023 e
2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixas	11
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
VDB F2 Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da VDB F2 Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

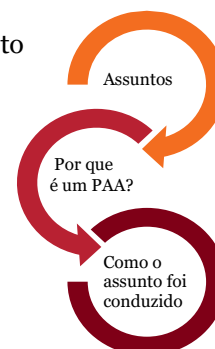
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p data-bbox="263 495 877 562">Reconhecimento de receita (Notas 2.6(d), 3.13 e 18)</p> <p data-bbox="263 584 877 1160">A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada, a cada ano e quadriênio contratual, para a apuração de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia. Esse mecanismo pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.</p> <p data-bbox="263 1189 877 1305">Desta forma, a receita é mensurada considerando um julgamento crítico da administração relativo ao atingimento de geração de energia mínima contratual no tempo estipulado em cada contrato.</p> <p data-bbox="263 1335 877 1503">Em decorrência do julgamento crítico da administração na mensuração da receita em relação ao atingimento de geração de energia mínima contratual estipulado em cada contrato, consideramos essa área relevante para nossa auditoria.</p>	<p data-bbox="877 584 1519 1021">Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu os seguintes principais procedimentos: (i) o entendimento dos controles relevantes implementados pela Companhia para obtenção dos de geração de energia bem como apuração das diferenças entre energia gerada e contratada; (ii) leitura dos termos contratuais que determinam as quantidades firmadas com os clientes; (iii) recálculo da receita considerando os termos contratuais negociados e os volumes gerados; (iv) inspeção, em base amostral, da documentação suporte da energia gerada e entregue, comparando-a com a receita reconhecida contabilmente; e (v) leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p> <p data-bbox="877 1050 1519 1160">Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para o reconhecimento da receita são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.</p>

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 31 de março de 2023, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

VDB F2 Geração de Energia S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




VDB F2 Geração de Energia S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	71.851	412.736	554.606	7.444.089
Títulos e valores mobiliários	5	6.211.932	4.934.963	136.815.352	66.508.368
Contas a receber	6	-	-	30.678.000	42.118.224
Contas a receber de partes relacionadas	23.1	515	-	173.842	-
Tributos a recuperar	7	-	-	632.926	194.595
Adiantamentos a fornecedores		-	-	104.190	100.590
Despesas antecipadas		6.105	7.747	659.856	773.807
Dividendos a receber	23.3	13.192.796	9.528.189	-	-
		19.483.199	14.883.635	169.618.772	117.139.673
Não circulante					
Outros ativos		100	-	100	-
Depósito judiciais		-	-	15.000	15.000
Tributos a recuperar	7	4.525.577	4.412.715	4.525.577	4.412.715
Investimentos	8	267.952.333	230.545.751	-	-
Imobilizado	9	-	-	545.789.214	573.452.682
Intangíveis	10	1.581.378	1.581.378	1.597.991	1.597.991
Direito de uso	11.1	-	-	10.265.772	10.104.506
		274.059.388	236.539.844	562.193.654	589.582.894
Total do ativo		293.542.587	251.423.479	731.812.426	706.722.567

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Contas a pagar	13	54.252	27.006	11.396.519	11.160.235
Tributos a recolher	12	22.880	26.857	2.516.634	2.055.960
Contas a pagar a partes relacionadas	23.2	-	8.405	332.067	336.299
Adiantamentos de clientes		-	-	-	2.255.386
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	24.709.008	22.710.263
Debêntures a pagar	16	6.474.070	5.279.702	6.474.070	5.279.702
Impostos a recolher		-	-	1.804.158	1.259.468
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	1.419.942	1.329.554
Dividendos a pagar	23.4	16.650.540	7.136.100	16.650.540	7.136.100
		23.201.742	12.478.070	65.302.938	53.522.967
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	384.542.235	402.740.863
Debêntures a pagar	16	114.771.270	113.922.194	114.771.270	113.922.194
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	10.673.861	10.274.224
Impostos diferidos		-	-	952.547	1.239.104
		114.771.270	113.922.194	510.939.913	528.176.385
Patrimônio líquido					
Capital social	17.1	100.073.836	100.073.833	100.073.836	100.073.833
Reserva legal	17.2	5.544.122	3.541.082	5.544.122	3.541.082
Dividendos adicionais propostos	17.4	49.951.617	21.408.300	49.951.617	21.408.300
Total do patrimônio líquido		155.569.575	125.023.215	155.569.575	125.023.215
Total do passivo e patrimônio líquido		293.542.587	251.423.479	731.812.426	706.722.567

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	18	-	-	144.600.561	132.692.357
Custos das vendas	19	-	-	(50.603.840)	(49.283.862)
Lucro bruto		-	-	93.996.721	83.408.495
Despesas gerais e administrativas	20	(230.306)	(239.686)	(3.143.604)	(2.196.507)
Equivalência patrimonial	8	51.409.433	40.118.690	-	-
Outras receitas operacionais		6.922	-	(737.714)	317.670
Lucro operacional		51.186.049	39.879.004	90.115.403	81.529.658
Despesas financeiras	21	(11.761.487)	(13.089.209)	(53.329.361)	(54.622.752)
Receitas financeiras	21	636.235	3.256.942	11.292.750	9.941.230
Resultado financeiro		(11.125.252)	(9.832.267)	(42.036.611)	(44.681.522)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		40.060.797	30.046.737	48.078.792	36.848.136
Imposto renda e contribuição social corrente	22	-	-	(8.304.552)	(6.518.739)
Imposto renda e contribuição social diferidos	22	-	-	286.557	(282.660)
Lucro líquido do exercício		40.060.797	30.046.737	40.060.797	30.046.737

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	40.060.797	30.046.737	40.060.797	30.046.737
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	40.060.797	30.046.737	40.060.797	30.046.737

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VDB F2 Geração de Energia S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022		127.073.833	2.038.745	15.512.606	-	144.625.184
Dividendos distribuídos de reservas de lucros	17.4	-	-	(15.512.606)	-	(15.512.606)
Redução de capital		(27.000.000)	-	-	-	(27.000.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	30.046.737	30.046.737
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva legal	17.2	-	1.502.337	-	(1.502.337)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.3	-	-	-	(7.136.100)	(7.136.100)
Dividendos adicionais propostos	17.4	-	-	21.408.300	(21.408.300)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		100.073.833	3.541.082	21.408.300	-	125.023.215
Aumento de capital		3	-	-	-	3
Lucro líquido do exercício		-	-	-	40.060.797	40.060.797
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva legal	17.2	-	2.003.040	-	(2.003.040)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.3	-	-	-	(9.514.440)	(9.514.440)
Dividendos adicionais propostos	17.4	-	-	28.543.317	(28.543.317)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		100.073.836	5.544.122	49.951.617	-	155.569.575

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		40.060.797	30.046.737	40.060.797	30.046.737
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:					
Depreciação e amortização	19	-	-	28.196.954	28.061.851
Custo sobre empréstimos e juros	21	11.590.053	12.807.053	52.503.357	53.450.391
Lucro na alienação de imobilizado	9	-	-	8.041	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		(636.235)	(3.198.608)	(11.267.367)	(9.876.581)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	-	-	(286.557)	282.660
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	-	8.304.552	6.518.739
Resultado de equivalência patrimonial	8	(51.409.433)	(40.118.692)	-	-
		(394.818)	(463.510)	117.519.777	108.523.622
Variações dos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes	6	-	-	11.440.224	(12.031.388)
Contas a receber de partes relacionadas	23.1	(515)	-	(173.842)	12.179
Adiantamentos		-	-	(3.600)	10.764
Despesas antecipadas		1.642	(5.988)	113.951	(543.413)
Tributos a recuperar	7	(112.862)	(804.311)	(551.193)	(882.936)
Outros ativos		(100)	-	(100)	-
Tributos a recolher	12	(3.977)	15.368	460.674	392.400
Contas a pagar	13	27.246	5.970	236.284	7.395.786
Contas a pagar a partes relacionadas	23.2	(8.405)	-	(4.232)	228.980
Adiantamento de clientes		-	-	(2.255.386)	2.255.386
		(96.971)	(788.961)	9.262.780	(3.162.242)
Caixa gerado pelas operações					
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(7.759.862)	(6.332.922)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		(491.789)	(1.252.469)	119.022.695	99.028.519
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Pagamentos na aquisição de imobilizado	9	-	-	(76.352)	(470.234)
Aplicações(resgates) em títulos e valores mobiliários		(640.734)	19.759.414	(59.039.617)	11.735.095
Dividendos recebidos	8	10.338.244	34.638.806	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		9.697.510	54.398.220	(59.115.969)	11.264.861
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos obtidos	15	-	-	420.996	-
Pagamento de empréstimos - principal	15	-	-	(21.376.974)	(20.221.112)
Pagamento de empréstimos - juros	15	-	-	(34.726.453)	(35.128.747)
Pagamento de debêntures	16	(3.601.619)	(2.622.183)	(3.601.619)	(2.622.183)
Pagamento de juros sobre debêntures	16	(5.944.990)	(2.435.266)	(5.944.990)	(2.435.266)
Aumento de capital		3	-	3	-
Custo de transação de debêntures		-	-	(147.801)	-
Dividendos pagos	17.3	-	(20.683.474)	-	(20.683.474)
Devolução de capital aos acionistas		-	(27.000.000)	-	(27.000.000)
Pagamento passivo de arrendamento	11.2	-	-	(1.419.371)	(1.381.274)
Caixa líquido atividades de financiamento		(9.546.606)	(52.740.923)	(66.796.209)	(109.472.056)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(340.885)	404.827	(6.889.483)	781.437
Variação do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		412.736	7.909	7.444.089	6.662.652
No final do exercício		71.851	412.736	554.606	7.444.089
		(340.885)	404.827	(6.889.483)	781.437

**Informações
transações que não****suplementares sobre
envolvem caixa**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Aquisição de imobilizado		-	-	10.208	-
Adição do direito de uso e passivo de arrendamento	11	-	-	626.441	959.542

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1 Contexto operacional

A VDB F2 Geração de Energia SA ("VDB F2 ou Companhia") é uma Companhia definida como Sociedade Anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 18º andar, parte, Centro – constituída em 25 de fevereiro de 2014.

A Companhia tem por objeto social o propósito específico de implantar e explorar centrais geradoras eólicas, no projeto Ventos da Bahia Fase II, sendo Parque Eólico Ventos da Bahia I ("Ventos da Bahia I"), Parque Eólico Ventos da Bahia III ("Ventos da Bahia III"), Parque Eólico Ventos da Bahia IX ("Ventos da Bahia IX") e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII ("Ventos da Bahia XVIII") (em conjunto, "Grupo"), já constituídas após a autorização ANEEL, obtida no leilão LER de 13 de novembro de 2015, 8º LER da ANEEL, edital nº 09/2015.

Em 08 de dezembro de 2020, a Serena Energia S.A. (anteriormente denominada Omega Geração S.A.) adquiriu 50% das ações da Companhia, na qual a EDF EN do Brasil Participações S.A possuía 100% de participação. A partir desta data, a Serena Energia S.A. passou a deter 50% de participação na Companhia, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.1 Da autorização para operação

A segunda fase de projetos eólicos foi desenvolvida na região, denominada Ventos da Bahia Fase II, está localizada no município de Mulungu do Morro – BA (região da Chapada Diamantina) e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de reserva (LER), realizado pela ANEEL em Novembro de 2015, conforme estabelecido nas portarias MME nº 70 de 16 de março de 2015. Foram vendidos em leilão 116,6 MW ao preço de R\$ 203,96/MWh (data base novembro 2015).

Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas quatro novas empresas Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII, que representam os parques eólicos que produzirão os 116,6 MW contratados. A entrada em operação dos parques ocorreu em setembro de 2018, de forma a atender integralmente as cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA), sempre respeitando os percentuais de participações no consórcio vencedor, Consórcio VDB F2, conforme descrição abaixo:

Empresas constituídas	Início	Fim	Capacidade	
Parque Eólico Ventos da Bahia I S/A	05/2016	04/2051	28,6	MW
Parque Eólico Ventos da Bahia III S/A	05/2016	04/2051	30,8	MW
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S/A	05/2016	04/2051	28,6	MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S/A	05/2016	04/2051	28,6	MW
			116,6	MW

A apuração de energia produzida será apurada na forma anual e quadrienal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo

com tarifa pré-estabelecida em contrato.

No dia 25 de maio de 2016, o Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A. obteve, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações da usina eólica. Já a obtenção das outorgas para os Parques Eólicos Ventos da Bahia III, Ventos da Bahia IX e Ventos da Bahia XVIII, ocorreu em 31 de maio de 2016, nas mesmas condições.

Apresentamos abaixo as principais características do projeto:

- Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 32,9KM, com origem na Subestação Elevadora de 34,5/230kv Ventos da Bahia Fase II e término na Subestação Morro do Chapéu II;
- Subestação Morro do Chapéu II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e
- Entradas de linha na Subestação Elevadora Ventos da Bahia Fase II.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 24.

2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamento de clientes, transações com partes relacionadas, empréstimos, financiamentos e debêntures, pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 24.

2.4 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

(a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em suas controladas são contabilizados através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Controladas	Atividade	% Participação 2023 e 2022
Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A.	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A.	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A.	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A.	Geração de energia eólica	100%

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações com controladas e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de

acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

2.6 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

Estimativa	Nota Explicativa
Provisão para desmobilização de ativos de geração	(a)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(b)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(c)
Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos	(d)
Provisão para receita extra/ressarcimento	(e)
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.6
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.8
Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos	3.14

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 22).

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.
- O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.
- Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
- Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.
- Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.
- Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma

autoridade tributária.

(c) Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito da subsidiária).

(d) Provisão para receita extra/ressarcimento

Os contratos das controladas da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

2.7 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia e suas controladas. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos

são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.8). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, e caixas e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii. Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de

2023.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

3.5 Investimento em controladas

O investimento em controladas (Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais

circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.6 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A Depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques eólicos, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

3.7 Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(a) Gastos com projetos eólicos

Os gastos com desenvolvimentos de projetos eólicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Os gastos com projetos eólicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos eólicos. Tais gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização.

(b) Software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.8 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(a) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de

perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A companhia não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.

A Companhia possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

(b) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2023.

3.9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamentos nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

(a) Debêntures

Em 14 de junho de 2019 a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(a) Provisão para receita excedente e ressarcimentos

Os contratos de venda de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN). A companhia reconhece por provisão os excedentes de geração de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas. A energia gerada excedente ao compromisso assumido no leilão é precificada pelo valor estabelecido em contrato, considerando suas faixas de tolerância e reconhecida na competência de suas medições. Diferenças negativas entre o compromisso e a geração, caracterizadas como ressarcimento, são reconhecidas por provisão pela companhia no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais.

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.12 Resultados financeiros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros

efetivos.

3.13 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

(a) Receita de geração de energia

A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre as controladas da Companhia e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra.

(b) Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo)

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

3.14 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real, enquanto as empresas operacionais (controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(a) Lucro presumido

A Companhia é classificada no lucro presumido e tem a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(b) Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(c) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(d) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.15 Arrendamento

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um passivo de arrendamento (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

(a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na

mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

(b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

(c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo em seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.16 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de impairment de 2023, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

3.17 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e aplicáveis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões das normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

Norma ou interpretação	Descrição da alteração	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações CPC 32 (IAS 12)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações CPC 23 (IAS 8)	Definição de estimativa contábil	01/01/2023
Alterações CPC 26 (IAS 1)	Divulgação de políticas contábeis materiais	01/01/2023
Alterações CPC 50 (IFRS 17)	Substituição ao IFRS 4 Contratos de Seguro	01/01/2023

i. IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

ii. Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

iii. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis.

iv. Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações

que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

v. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre *Base Erosion and profit shifting - BEPS*. A Companhia não identificou impactos materiais nas suas demonstrações financeiras quanto às aplicações das alterações normativas detalhadas acima.

(b) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Alterações CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)	Efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade	01/01/2024
Alterações CPC 26 (R1)	Especificação os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante e exigência de divulgação do direito da entidade de adiar a liquidação de um contrato de empréstimo de longo prazo que possui <i>covenants</i> futuros dentro de 12 meses atrelados a esse direito.	01/01/2024
Alterações CPC 06 (R2)	Especificação dos requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta.	01/01/2024

Não é esperado pela Administração, em sua análise preliminar, que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Bancos	71.851	412.736	554.606	7.444.089
Total	71.851	412.736	554.606	7.444.089

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 24.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Títulos e valores mobiliários	6.211.932	4.934.963	136.815.352	66.508.368
	6.211.932	4.934.963	136.815.352	66.508.368

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2023 de 100% sobre o DI CETIP ("CDI") (de 100% em 2022) (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander).

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras (ver Nota 3.1).

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2023	2022
Contratos de energia de reserva (i)	30.618.533	42.118.224
Outras contas a receber	59.467	-
	30.678.000	42.118.224

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente em 12 parcelas, 24 parcelas ou são compensados através do mecanismo de cessão de energia, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de provisão para perda de crédito esperada.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
IRPJ	-	-	79.539	57.258

CSLL	-	-	12.568	9
PIS	-	-	69.837	802
COFINS	-	-	313.967	107.200
ISS	-	-	11.264	11.264
IRRF	-	-	15.791	1.562
INSS	-	-	2.658	2.658
Outros	-	-	127.302	13.842
			632.926	194.595
Não Circulante				
IRPJ	542.558	542.558	542.558	542.558
CSLL	42.002	42.002	42.002	42.002
IRRF	3.941.017	3.828.155	3.941.017	3.828.155
	4.525.577	4.412.715	4.525.577	4.412.715
Total	4.525.577	4.412.715	5.158.503	4.412.715

Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Companhia e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8 Investimentos

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.4 (a)).

	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII	Total
Saldo em 31/12/2022	54.700.520	64.128.710	56.650.618	55.065.903	230.545.751
Equivalência patrimonial	12.122.656	16.224.465	10.069.293	12.993.019	51.409.433
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.879.130)	(3.853.310)	(2.391.457)	(3.085.842)	(12.209.739)
Dividendos adicionais propostos	(274.041)	-	(1.066.352)	(452.719)	(1.793.112)
Saldo em 31/12/2023	63.670.005	76.499.865	63.262.102	64.520.361	267.952.333

	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII	Total
Saldo em 31/12/2021	54.044.304	62.820.557	55.383.448	53.686.046	225.934.355
Equivalência patrimonial	9.510.148	15.676.626	6.174.099	8.757.817	40.118.690
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.258.660)	(3.723.199)	(1.466.349)	(2.079.981)	(9.528.189)
Dividendos adicionais pagos	(6.595.272)	(10.645.274)	(3.440.580)	(5.297.979)	(25.979.105)
Saldo em 31/12/2022	54.700.520	64.128.710	56.650.618	55.065.903	230.545.751

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023				
	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII	Total
Ativo circulante	37.895.108	52.541.027	32.608.779	40.284.570	163.329.484
Ativo não circulante	135.104.790	144.092.365	142.123.158	134.766.287	556.086.600
Passivo circulante	11.984.921	14.943.693	14.726.175	13.640.317	55.295.106
Passivo não circulante	97.344.972	105.189.834	96.743.659	96.890.179	396.168.644
Patrimônio líquido	51.547.349	60.275.400	53.192.810	51.527.342	216.542.901
Lucro do exercício	12.122.656	16.224.465	10.069.293	12.993.019	51.409.433

	2022				
	VDB I	VDB III	VDB IX	VDB XVIII	Total
Ativo circulante	26.628.048	36.738.758	21.615.289	26.828.660	111.810.755
Ativo não circulante	141.780.277	151.215.559	149.163.202	141.429.763	583.588.801
Passivo circulante	12.077.749	13.738.312	12.939.166	11.844.386	50.599.613
Passivo não circulante	101.630.055	110.087.295	101.188.707	101.348.134	414.254.191
Patrimônio líquido	45.190.373	48.452.084	50.476.518	46.308.085	190.427.060
Lucro do exercício	9.510.148	15.676.626	6.174.100	8.757.818	40.118.692

Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2023
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



9 Imobilizado

Consolidado						
2023						
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Alienação	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Móveis e utensílios	10%	2.383	278	(312)	(421)	1.928
Aerogeradores eólicos	4%	573.377.903	63.836	(7.729)	(27.731.358)	545.702.652
Adiantamento para aquisição de ativos		72.396	12.238	-	-	84.634
Total		573.452.682	76.352	(8.041)	(27.731.779)	545.789.214
Custo		690.435.570				690.503.881
Depreciação acumulada		(116.982.888)				(144.714.667)
Imobilizado líquido		573.452.682				545.789.214

Consolidado						
2022						
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Móveis e utensílios	10%	2.709	-	-	(326)	2.383
Aerogeradores eólicos	4%	600.592.777	405.878	-	(27.620.752)	573.377.903
Adiantamento para aquisição de ativos		8.040	64.356	-	-	72.396
Total		600.603.526	470.234	-	(27.621.078)	573.452.682
Custo		689.965.336				690.435.570
Depreciação acumulada		(89.361.810)				(116.982.888)
Imobilizado líquido		600.603.526				573.452.682

Atualmente, os ativos da Companhia que estão classificados como aerogeradores eólicos são dados em garantia de empréstimos (vide nota 15). A Companhia efetuou uma avaliação de indicativos de impairment para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização para os seus ativos.

10 Intangível

10.1 Controladora

	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Gastos com projetos eólicos	1.506.534	1.506.534
Concessão de direito	74.844	74.844
Total	1.581.378	1.581.378
Custo	1.581.378	1.581.378
Intangível líquido	1.581.378	1.581.378

10.2 Consolidado

Consolidado					
2023					
	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Software	20%	16.613	-	-	16.613
Concessão de direito		74.844	-	-	74.844
Gastos com projetos eólicos		1.506.534	-	-	1.506.534
Total		1.597.991	-	-	1.597.991
Custo		1.602.364			1.602.364
Amortização acumulada		(4.373)			(4.373)
Intangível líquido		1.597.991			1.597.991
Consolidado					
2022					
	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Software	20%	20.869	-	(4.256)	16.613
Concessão de direito		74.844	-	-	74.844
Gastos com projetos eólicos		1.506.534	-	-	1.506.534
Total		1.602.247	-	(4.256)	1.597.991
Custo		1.602.364			1.602.364
Amortização acumulada		(117)			(4.373)
Intangível líquido		1.602.247			1.597.991

A Companhia não identificou redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, vide nota 3.8.

11 Direito de uso e passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes (sem considerar reajustes inflacionários futuros), descontados à taxa incremental nominal de 11,31% a.a., obtida com base nos seus respectivos empréstimos. Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente, e, quando

aplicável, ajustados pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não reconheceu despesas com arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor, ou despesas com pagamentos variáveis não incluídos na mensuração de passivo de arrendamento.

Os ativos de direito de uso, referem-se a contratos firmados com proprietários de terrenos, por onde passam as instalações dos parques eólicos, e tem duração mínima de 360 meses.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia possui 5 contratos de arrendamento reconhecidos em seu balanço patrimonial, a seguir:

11.1 Direito de uso

	Consolidado			
	2023			
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Arrendamento de imóveis	10.104.506	626.441	(465.175)	10.265.772
	10.104.506	626.441	(465.175)	10.265.772

	Consolidado			
	2022			
	Saldo em 31/12/2022	Reajuste Contratual	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Arrendamento de imóveis	9.581.481	959.542	(436.517)	10.104.506
	9.581.481	959.542	(436.517)	10.104.506

11.2 Passivo de arrendamento

	Consolidado				
	2023				
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Arrendamento de imóveis	11.603.778	626.441	1.282.955	(1.419.371)	12.093.803
	11.603.778	626.441	1.282.955	(1.419.371)	12.093.803
Circulante	1.329.554				1.419.942
Não circulante	10.274.224				10.673.861

	Consolidado				
	2022				
	Saldo em 31/12/2021	Reajuste Contratual	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022

Arrendamento de imóveis	10.801.486	959.542	1.224.024	(1.381.274)	11.603.778
	10.801.486	959.542	1.224.024	(1.381.274)	11.603.778
Circulante	1.228.016				1.329.554
Não circulante	9.573.470				10.274.224

12 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS sobre faturamento	994	3.185	309.095	331.889
COFINS sobre faturamento	6.119	19.601	1.511.618	1.536.695
Tributos retidos na fonte	15.767	4.071	694.246	185.701
Outros	-	-	1.675	1.675
	22.880	26.857	2.516.634	2.055.960

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

13 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ressarcimento CCEE (i)	-	-	5.186.741	8.124.454
Serviços prestados	54.252	27.006	2.425.880	1.090.969
Serviços de manutenção	-	-	2.261.306	936.589
Penalidades na geração de energia (ii)	-	-	998.498	627.907
Outros contas a pagar	-	-	524.094	380.316
	54.252	27.006	11.396.519	11.160.235

- (i) O Ciclo de ressarcimento a CCEE correspondente ao saldo anual e quadrienal para o atendimento do compromisso de entrega de energia no ambiente regulado. O saldo de ressarcimento registrado em 2022 foi consumido pela geração de energia acima do compromisso no exercício de 2023.
- (ii) Refere-se a provisão para penalidade por insuficiência de lastro em 2023.

14 Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia possui processos avaliados como perda possível, e portanto não estão registrados contabilmente, nos seguintes montantes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cíveis	230.000	230.000	230.000	230.000
Tributários	-	-	732.294	3.600.787
	230.000	230.000	962.294	3.830.787

14.1 Cíveis

Contrato de Concessão de Uso de Recursos Hídricos e Modalidades de Uso: Pedido indenizatório por falta de compensação financeira relacionado ao Contrato de Concessão de Uso de Recursos

Hídricos e Modalidades de Uso. Em 31 de dezembro de 2023 o valor atualizado da causa é de R\$ 230.000 (R\$ 230.000 em 31 de dezembro de 2022).

14.2 Tributários

Créditos tributários a título de ICMS: Auto de Infração referente a cobrança de créditos tributários a título de ICMS. Em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado da causa é de R\$ 732.294 (R\$ 3.600.787 em 31 de dezembro de 2022).

15 Empréstimos e financiamentos

Em 31 de julho de 2017, as controladas da Companhia assinaram contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$ 486.420.000, tendo ocorrido a liberação parcial até 31 de dezembro de 2023 em um montante total de R\$ 453.012.860. O objetivo desta captação foi implantação (construção) do parque eólico.

Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 2,48% a.a. para os subcrédito A1, A2, B1, B2, C1, C2, D1 e D2 e TJLP para o subcrédito A3, com exigibilidade mensal após o término do período de carência, em 15 de abril de 2019. O valor do principal será amortizado em 192 prestações mensais, com início em 15 de maio de 2019 até 16 de abril de 2035.

Abaixo, apresentamos as principais características:

15.1 Linha de crédito

	Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	Consolidado	
				2023	2022
Principal BNDES FIDEM	R\$	TJLP+2,48%	2024 a 2035	416.048.827	379.307.762
Juros				1.411.276	54.917.765
Custo de captação				(8.208.860)	(8.774.402)
				409.251.243	425.451.126
Passivo circulante				24.709.008	22.710.263
Passivo não circulante				384.542.235	402.740.863

15.2 Movimentação dos empréstimos

O saldo de empréstimos consolidado está demonstrado abaixo:

Saldo inicial em 31/12/2021	441.381.671	Saldo inicial em 31/12/2022	425.451.126
(+) Aquisição principal	-	(+) Aquisição principal	420.996
(-) Custo de transação	-	(-) Custo de transação	(147.801)
(+) Juros apropriados	39.088.532	(+) Juros apropriados	38.917.006
(-) Amortização juros	(34.995.853)	(-) Amortização juros	(34.566.121)
(-) Amortização principal	(20.156.989)	(-) Amortização principal	(21.299.293)
(-) Amortização juros – Projeto Social	(132.894)	(-) Amortização juros – Projeto Social	(160.332)
(-) Amortização principal – Projeto Social	(64.123)	(-) Amortização principal – Projeto Social	(77.681)

(+) Custo a amortizar	330.782	(+) Custo a amortizar	713.343
Saldo em 31/12/2022	425.451.126	Saldo em 31/12/2023	409.251.243

Garantias

Atualmente esse financiamento conta com penhor de ações, penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios advindos dos contratos de venda de energia.

Covenants

A Companhia possui cláusulas restritivas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos. A partir de 2020, a Companhia manteve apuração anual, durante toda a vigência do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30, a ser verificado através de demonstrativos consolidados e auditados. Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo IV do Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito nº 17.2.0255.1, verificou-se que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado foi de 1,74.

A Companhia não apresentou nenhuma quebra de suas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2023.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes

	Empréstimos e financiamentos
2025	56.666.718
2026	56.824.405
2027	56.982.091
2028	57.140.137
2029	57.297.896
2030 - 2035	308.253.318
Total	593.164.565

16 Debêntures

Em 14 de junho de 2019, a Companhia assinou instrumento de 2ª emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. Neste ato foram emitidas 106.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000 (um mil reais) cada, totalizando uma emissão de R\$ 106.000.000 (cento e seis milhões de reais). As debêntures foram totalmente integralizadas em julho de 2019. Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 3,87% a.a., com exigibilidade semestral.

Abaixo, apresentamos as principais características:

16.1 Linha de crédito

Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	2023	2022
-------	--------------------	-------------	------	------

Debêntures - principal	R\$	IPCA+3,87 %	2024 a 2033	99.335.601	105.397.374
Debêntures - juros		-	-	30.234.653	23.021.391
Custos de captação		-	-	(8.324.914)	(9.216.869)
				121.245.340	119.201.896
Passivo circulante				6.474.070	5.279.702
Passivo não circulante				114.771.270	113.922.194

16.2 Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures encontra-se evidenciada abaixo:

Saldo inicial em 31/12/2021	111.452.293	Saldo inicial em 31/12/2022	119.201.896
(+) Juros apropriados	11.915.098	(+) Juros apropriados	10.698.098
(-) Amortização juros	(2.435.266)	(-) Amortização juros	(5.944.990)
(-) Amortização principal	(2.622.183)	(-) Amortização principal	(3.601.619)
(-) Custo a amortizar	891.955	(-) Custo a amortizar	891.955
Saldo em 31/12/2022	119.201.896	Saldo em 31/12/2023	121.245.340

Garantias

Esse financiamento conta com penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios advindos dos contratos de venda de energia.

Covenants

A Companhia possui cláusulas restritivas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos. A Companhia e suas controladas devem manter apuração anual, durante toda a vigência do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,05, a ser verificado através de demonstrativos consolidados e auditados. Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo I do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) emissão de debêntures, verificou-se que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") Consolidado foi de 1,74.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes

	Debêntures
2025	11.457.982
2026	13.705.888
2027	18.091.074
2028	21.391.140
2029	23.420.155
2030 - 2033	118.224.205
Total	206.290.444

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 100.073.836 (R\$ 100.073.833 em 2022), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 100.073.836 (100.073.833 em 2022) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	%	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>Participação</u>		
Acionistas			
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	50%	50.036.918	50.036.916
Ômega Geração S/A	50%	50.036.918	50.036.917
		<u>100.073.836</u>	<u>100.073.833</u>

17.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o valor constituído no exercício é de R\$ 2.003.040 (R\$ 1.502.337 em 2022), totalizando R\$ 5.544.122.

17.3 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos propostos.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios no exercício de 2023 é de R\$ 9.514.440 (R\$ 7.136.100 em 2022).

Os saldos de dividendos a pagar são demonstrados a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	40.060.797	30.046.737
Base de cálculo dos dividendos	40.060.797	30.046.737
(-) Constituição da reserva legal	(2.003.040)	(1.502.337)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	38.057.757	28.544.400
Dividendos mínimos obrigatórios	9.514.440	7.136.100
Dividendos adicionais propostos	28.543.317	21.408.300

Em 2023, a Companhia não efetuou o pagamento dos dividendos obrigatórios, constituídos em 31 de dezembro de 2022.

A movimentação dos dividendos a pagar se encontra a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	7.136.100	5.170.868

Dividendos mínimos obrigatórios	9.514.440	7.136.100
Dividendos adicionais propostos	-	15.512.606
Dividendos pagos	-	(20.683.474)
	16.650.540	7.136.100

17.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu R\$ 28.543.317 (R\$ 21.408.300 em 2022) e não efetuou o pagamento de dividendos adicionais propostos ao longo do exercício de 2023.

18 Receitas de vendas

	Consolidado	
	2023	2022
Receita bruta de vendas de energia	150.292.409	146.530.925
(-) Ressarcimento (i)	-	(8.231.905)
(-) Penalidade por baixa geração (ii)	(370.592)	(357.777)
Receita bruta	149.921.817	137.941.243
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(947.621)	(934.733)
COFINS	(4.373.635)	(4.314.153)
Total das deduções da receita bruta	(5.321.256)	(5.248.886)
Receita líquida	144.600.561	132.692.357

(i) Refere-se ao Ciclo de ressarcimento a CCEE correspondente ao saldo anual e quadrienal para o atendimento do compromisso de entrega de energia no ambiente regulado.

(ii) Refere-se a provisão para penalidade por insuficiência de lastro em 2023.

Em 2023, a Companhia registrou um aumento em sua receita líquida devido ao aumento no preço dos contratos de venda de energia com a atualização da inflação e maior geração de energia em relação ao ano anterior.

19 Custos

	Consolidado	
	2023	2022
Custos operacionais		
Seguros	(1.233.813)	(1.071.619)
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(14.417)	(12.463)
Aquisição de energia elétrica	(4.971)	(309.290)
	(1.253.201)	(1.393.372)
Impostos e taxas		
TUSD	(6.752.142)	(6.055.018)
Taxa de regulamentação	(502.489)	(554.600)
	(7.254.631)	(6.609.618)
Serviços prestados		
Serviços de consultoria	(564.960)	(311.003)
Manutenção das instalações	(12.064.246)	(11.916.864)
Serviços de assessoria	(1.019.893)	(991.154)
Serviços de informática	(83.239)	-
Outros serviços	(166.716)	-
	(13.899.054)	(13.219.021)
Depreciação		
Custo com depreciação	(27.731.779)	(27.625.334)
Custos com amortização do direito de uso	(465.175)	(436.517)
	(28.196.954)	(28.061.851)
Total dos custos de vendas	(50.603.840)	(49.283.862)

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas administrativas				
Telefone e internet	-	-	(132.159)	-
Despesas legais	(23.714)	(16.341)	(676.051)	(162.360)
Contribuições a associações	-	-	-	(48.274)
Material de limpeza	-	-	-	(16.428)
Seguros	(3.744)	(4.039)	(3.744)	(4.039)
Outras despesas administrativas	-	-	(59.292)	(29.588)
	(27.458)	(20.380)	(871.246)	(260.689)
Impostos e taxas				
Multas	(1.516)	-	(100.158)	-
Impostos e taxas diversas	-	-	(2.791)	(43.144)
ICMS	-	-	(4.154)	(16.231)
	(1.516)	-	(107.103)	(59.375)
Despesas com serviços prestados				
Honorários de contadores	(31.583)	(48.257)	(160.499)	(242.274)
Serviços de consultoria	(95.609)	(89.605)	(95.609)	(89.605)
Honorários de auditores	(37.778)	(53.784)	(188.891)	(249.665)
Honorários de advogados	(8.342)	(525)	(582.422)	(23.692)

Serviços de informática	(28.020)	(27.135)	(28.020)	(247.575)
Serviços de vigilância	-	-	(170.984)	(131.248)
Serviços de limpeza	-	-	(116.722)	(122.204)
Gestão administrativa	-	-	(720.745)	(655.479)
Outros serviços	-	-	(101.363)	(114.701)
	(201.332)	(219.306)	(2.165.255)	(1.876.443)
Total das despesas gerais e administrativas	(230.306)	(239.686)	(3.143.604)	(2.196.507)

21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimento de títulos e valores mobiliários	636.235	3.198.608	11.267.367	9.876.581
Variações cambiais	-	-	9.953	-
Descontos obtidos	-	-	15.430	1.005
Juros	-	58.334	-	63.644
	636.235	3.256.942	11.292.750	9.941.230
Despesas financeiras				
Juros sobre outras operações	(196)	-	(15.466)	(451)
Juros de empréstimos e debêntures	(10.698.098)	(11.915.098)	(49.615.104)	(51.003.630)
Despesas bancárias	(103.974)	(102.748)	(788.849)	(778.347)
Despesas com IOF	(911)	-	(25.143)	(10.617)
Custos com empréstimos e debêntures	(891.955)	(928.720)	(1.512.027)	(1.463.040)
Comissão sobre debêntures	(36.765)	-	(36.765)	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	(1.282.955)	(1.224.024)
Garantias	-	-	(23.463)	-
Tributos sobre receitas financeiras (i)	(29.588)	(142.643)	(29.589)	(142.643)
	(11.761.487)	(13.089.209)	(53.329.361)	(54.622.752)
Resultado financeiro	(11.125.252)	(9.832.267)	(42.036.611)	(44.681.522)

- (i) Pis e Cofins sobre receita financeira classificado na demonstração financeira de 2022 como impostos e taxas, reclassificados em 2023 para resultado financeiro para melhor apresentação e comparabilidade.

22 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto	40.060.797	30.046.737	48.078.792	36.848.136
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	13.919.873	10.215.891	16.645.991	12.528.366
Resultados de controladas por equivalência	(17.780.242)	(13.640.355)	-	-

Despesas não dedutíveis para fins de impostos	-	2.060	-	2.060
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	3.860.369	3.422.404	3.860.369	3.422.404
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(12.488.365)	(9.151.431)
Encargo fiscal		-	8.017.995	6.801.399
Despesa com IR e CS correntes	-	-	(8.304.552)	(6.518.739)
Despesa com IR e CS diferidos (i)	-	-	286.557	(282.660)
	-	-	(8.017.995)	(6.801.399)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%	16,7%	18,5%
			Consolidado	
			2023	2022
Imposto por natureza				
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime de caixa)			4.672.166	4.141.438
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras			3.619.831	2.272.658
IRPJ e CSLL sobre outras receitas			12.555	104.643
			8.304.552	6.518.739

(i) Despesa correspondente à base de faturamento não recebida.

23 Transações com partes relacionadas

23.1 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
EDF EN do Brasil Participações Ltda. (i)	515	-	173.842	-
	515	-	173.842	-

(i) Referente a cobrança por custos reembolsáveis pela acionista.

23.2 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
EDF EN do Brasil Participações Ltda. (i)	-	8.405	332.067	336.299
	-	8.405	332.067	336.299

(ii) Contrato de gestão administrativa e de operações celebrado em 08 de dezembro de 2020 com a EDF EN do Brasil. Refere-se a rateio de despesas do resultado.

23.3 Dividendos a receber

	2023	2022
--	-------------	-------------

Parque Eólico Ventos da Bahia I S/A	2.879.131	2.258.660
Parque Eólico Ventos da Bahia III S/A	4.836.366	3.723.199
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S/A	2.391.457	1.466.349
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S/A	3.085.842	2.079.982
	13.192.796	9.528.189

23.4 Dividendos a pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	8.325.270	3.568.050
Serena Energia S.A. (anteriormente denominada Omega Geração S/A)	8.325.270	3.568.050
	16.650.540	7.136.100

A movimentação dos dividendos a pagar se encontra na nota 17.3.

23.5 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2023 e 2022 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora do grupo, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nestes períodos.

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 – Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 – Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 – Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

Controladora

	Consolidado			
	2023	2022	2023	2022
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo</u>				
<u>amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	71.851	412.736	554.606	7.444.089
Contas a receber de partes relacionadas	515	-	173.842	-
Contas a receber	-	-	30.678.000	42.118.224
Dividendos a receber	13.192.796	9.528.189	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	6.211.932	4.934.963	136.815.352	66.508.368
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo</u>				
<u>amortizado:</u>				
Contas a pagar	54.252	27.006	11.396.519	11.160.235
Contas a pagar a partes relacionadas	-	8.405	332.067	336.299
Empréstimos e financiamentos	-	-	409.251.243	425.451.126
Debêntures a pagar	121.245.340	119.201.896	121.245.340	119.201.896
Dividendos a pagar	16.650.540	7.136.100	16.650.540	7.136.100
Passivo de arrendamento	-	-	12.093.803	11.603.778

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Títulos e valores mobiliários - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas, dividendos a receber e a pagar, depósitos judiciais e adiantamentos a fornecedores e de clientes - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Companhia, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

24.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e

acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	71.851	412.736	554.606	7.444.089
Contas a receber de partes relacionadas	515	-	173.842	-
Contas a receber	-	-	30.678.000	42.118.224
Dividendos a receber	13.192.796	9.528.189	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	6.211.932	4.934.963	136.815.352	66.508.368

A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) e, com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

24.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia tem seu passivo substancialmente indexado pela TJLP e no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), motivo pelo qual apresentamos análise de sensibilidade da exposição no item (24.5) desta nota.

24.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Companhia efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros, com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates, de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

Controladora			
2023		2022	
Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos

Contas a pagar	54.252	-	27.006	-
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	8.405	-
Debêntures a pagar	6.474.070	114.771.270	5.279.702	113.922.194
Dividendos a pagar	16.650.540	-	7.136.100	-
	23.178.862	114.771.270	12.451.213	113.922.194

	Consolidado			
	2023		2022	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	11.396.519	-	11.160.235	-
Contas a pagar a partes relacionadas	332.067	-	336.299	-
Empréstimos e financiamentos	24.709.008	384.542.235	22.710.263	402.740.863
Debêntures a pagar	6.474.070	114.771.270	5.279.702	113.922.194
Dividendos a pagar	16.650.540	-	7.136.100	-
Passivo de arrendamento	1.419.942	10.673.861	1.329.554	10.274.224
	60.982.146	509.987.366	47.952.153	526.937.281

24.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

24.5 Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente através do investimento feito em suas SPEs controladas, uma vez que as mesmas já se encontram em fase de operação comercial e com fluxo de caixa positivo. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2023, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2024 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 30 de dezembro de 2023, cuja valor definido foi de 3,90% a.a. e com base na taxa TJLP publicada para o último trimestre de 2023, cuja valor definido foi de 6,55%, sendo estas definidas como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto).

Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo em 31/12/2023	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					
BNB FINEM	417.460.103	TJLP	35.306.782	41.935.428	48.551.002
Debêntures	129.570.254	IPCA	10.033.436	11.249.408	12.452.381

25 Compromissos assumidos

25.1 Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme contratos celebrados, demonstrado abaixo:

	Ventos da Bahia I		Ventos da Bahia III	
	2024	2025-2037	2024	2025-2037
Volume [MWh]	115.070	1.492.771	127.368	1.652.304
ACR Preço [R\$/MWh]	308	308	308	308
Total [R\$]	35.420.971	459.504.831	39.206.418	508.612.217
	Ventos da Bahia IX		Ventos da Bahia XVIII	
	2024	2025-2037	2024	2025-2037
Volume [MWh]	115.949	1.504.166	117.706	1.526.957
ACR Preço [R\$/MWh]	308	308	308	308
Total [R\$]	35.691.360	463.012.501	36.232.138	470.027.842

26 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 3.208.530.354 tendo como vigência o período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. Por oportunidade e necessidade, e com a mesma cobertura e vigência, o seguro foi renovado para o período 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Coberturas	Importância seguradas
Lucro cessantes e danos materiais	R\$ 3.208.530.354

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 94.179.245 tendo como vigência o período de 30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2024.

Coberturas	Importâncias seguradas
Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil	
Cruzada, poluição súbita e acidental	R\$ 94.179.245

Seguro Garantia Judicial

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 1.206.118 tendo como vigência o período de 28 de novembro de 2020 a 28 de novembro de 2024.

Coberturas	<u>Importância seguradas</u>
Débito oriundo da TFF Taxa de Fiscalização do Funcionamento.	R\$ 1.206.118